



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Administração Penitenciária
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

DESPACHO

Nº do Processo: 006.00210154/2026-96

Interessado: Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Sistemas

Assunto: Disponibilização de Licença para Uso de Software - Aquisição de Licença

À vista dos elementos constantes dos autos, verifico que o processo administrativo se encontra devidamente instruído, observando os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 68.304/2024, tendo por objeto a aquisição de Licença para Uso de Software. aquisição de 20 (vinte) licenças perpétuas originais do sistema operacional Windows 11 Pro, destinadas ao atendimento das demandas operacionais e administrativas desta Pasta, garantindo a adequada utilização dos equipamentos de informática empregados no desenvolvimento das atividades institucionais, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

A contratação encontra-se enquadrada como Dispensa de Licitação com disputa eletrônica, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o artigo 4º, inciso II, do Decreto Estadual nº 68.304/2024, sendo o valor estimado compatível com o limite legal vigente, conforme demonstrado na pesquisa de preços, nota técnica e estimativa de despesa juntadas aos autos.

Constato, ainda, que o processo foi regularmente instruído, nos termos do artigo 72 da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 6º do Decreto Estadual nº 68.304/2024, contendo Documento de Formalização da Demanda, Termo de Referência, pesquisa de preços, estimativa de despesa, nota de reserva orçamentária, dentre outros documentos pertinentes.

Os autos encontram-se em conformidade com a Resolução PGE nº 55, de 30 de novembro de 2023, tendo sido utilizadas minutas padronizadas previamente aprovadas pela Procuradoria Geral do Estado, sem alterações de cláusulas essenciais, razão pela qual resta dispensada a emissão de parecer jurídico individualizado, uma vez atendidos, de forma cumulativa, os critérios de baixo valor, baixa complexidade do objeto e uso de instrumentos contratuais padronizados.

As informações essenciais à adequada definição da contratação e à mitigação de riscos estão suficientemente contempladas no Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Risco.

No que se refere ao atendimento das disposições do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), restou demonstrada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira, conforme Nota de Reserva constante dos autos, bem como a compatibilidade da despesa com o Plano Plurianual – PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO vigentes.

Diante do exposto, DECIDO:

a) Considerando a competência que me foi atribuída, na qualidade de Ordenador de Despesa, **APROVAR** o Termo de Referência nº 66/2026 ([0109557461](#)), com fulcro no artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o artigo 2º, inciso I, do Decreto nº 68.220/2023;

b) Considerando a solicitação formalizada pelo Serviço de Licitações e Contratos Administrativos, por meio da Informação supra ([0109626171](#)), **AUTORIZAR** a realização da Dispensa de Licitação com disputa eletrônica, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o artigo 4º, inciso II, do Decreto nº 68.304/2024, cujo processamento deverá observar o disposto no artigo 8º e seguintes do referido Decreto.

Em razão das deliberações acima, **AUTORIZO** a contratação, devendo o processo prosseguir com as demais providências administrativas cabíveis.

Encaminhem-se os autos ao Serviço de Licitações e Contratos Administrativos para continuidade do procedimento.

São Paulo, na data da assinatura digital.

JORGE LUIZ DO CARMO NOGUEIRA

Coordenador – Coordenadoria de Administração Sede da Polícia Penal



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Do Carmo Nogueira, Coordenador**, em 24/06/2026, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0109630632** e o código CRC **1006EE59**.